

BREVES NOTAS COM VISTA A UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A BAHIA⁽¹⁾

IGNÁCIO M. RANGEL

Renomado economista e planejador.

1 – Introdução

A economia baiana, depois de um longo período de estagnação, caracterizado por ínfimo incremento de sua renda *per capita* e por um imobilismo social aparentemente invencível, parece haver entrado, por meados do passado decênio, em um período de grande dinamismo econômico e de grande fluidez social, propícios ao aparecimento de novas relações de produção e de novos esquemas de divisão social do trabalho, mais concordes com o novo balanço regional das forças produtivas.

Contrariamente, portanto, aos esquemas anteriores de planejamento elaborados para a Bahia, a exemplo do Plandeb e da programação da Sudene, no que interessa a este Estado, os quais antes de tudo, visavam a suscitar precisamente esse estado de coisas, nosso objetivo presente deve ser, partindo da nova realidade, aprofundar os êxitos obtidos, assegurar-lhes continuidade e resolver os novos problemas suscitados pelo desenvolvimento em marcha.

Uma vez rompidos o imobilismo social e a estagnação econômica, a própria vida suscita um elenco de problemas que é o material básico sobre o qual deve trabalhar o programador. A este incumbe definir a etiologia do processo começado, determinar sua duração e perspectivas de continuidade e tomar posição perante os problemas em

processo de formulação e solução.

A ausência de problemática – que era, afinal, a essência da anterior problemática do desenvolvimento baiano – condicionou na consciência dos quadros políticos e técnicos da Bahia e na própria opinião uma atitude geral hostil a uma correta formulação dos problemas, porque refletem um estado de coisas que não mais existe. O primeiro trabalho, assim, consiste a fazer subir à luz da consciência social e técnica a nova realidade, para que esta, entrando em conflito com aquela atitude geral, suscite uma outra atitude que tenha olhos para ver os problemas realmente em causa.

Essa mudança de atitude exige dos quadros técnicos e políticos um comportamento realmente científico, vale dizer, humilde em relação aos fatos. O programador – tanto no nível técnico, como no político – guarda, por certo, considerável margem de arbítrio em suas decisões, mas é óbvio que esse arbítrio somente se refere à escolha entre as diferentes soluções objetivamente possíveis para os problemas em pauta, não aos problemas em si mesmos. Estes são dados da vida real e, relativamente a eles, não temos outra opção senão pesquisá-los com toda objetividade, para conhecê-los.

Não é fácil essa atitude, tanto mais quanto ela se choca com rotinas estabelecidas e com teorias que, bem ou mal, refletindo um estado de coisas pretérito, condicionaram a formação de novos quadros e levaram os

mais antigos a uma elevada medida de comprometimento pessoal. Talvez contribua para suscitar o indispensável desprendimento metodológico, para induzir a decisão de rever os pontos de vista mais solidamente arraigados, o confronto cronológico das teorias e hábitos de trabalho a abandonar sem piedade, com o comportamento objetivo da economia baiana: é que aquelas teorias e aqueles hábitos surgiram precisamente no momento em que a economia baiana abandonava o seu imobilismo e a sua estagnação, de modo que bem podemos defini-los como uma das formas de reação do corpo social ao antigo estado de coisas.

Esta primeira tomada de consciência – necessariamente equivocada, porque se fez a partir do conhecimento de um estado real de coisas que, precisamente, começava a desaparecer, mas que não podia ser apreendido pelo espírito senão através do estudo de dados relativos à situação pretérita, do tempo em que a mudan-

“... a economia baiana abandonou o seu imobilismo e a sua estagnação ...”

(1) Texto inédito. Elaborado em 1963 por solicitação da CPE/Bahia.

ça ainda não se havia evidenciado – essa primeira tomada de consciência desempenhou um importante papel histórico, ao induzir no corpo social uma atitude militante em favor da mudança real, convertendo-se, assim, numa força objetiva de mudança.

Isso não obstante, urge abandonar a atitude estabelecida porque, refletindo fatos que não mais correspondem à realidade presente, impede uma posição científica em relação à realidade e torna impossível o planejamento econômico, salvo como simples enumeração dos desejos do corpo social, mas que não correspondem obrigatoriamente às necessidades verdadeiras do sistema.

2 – Os indícios objetivos de mudança de tendência

O ponto de partida do planejamento do desenvolvimento da economia baiana – e da economia nordestina como um todo – deve ser, assim, a tomada de consciência metódica dos fatos que indiciam a histórica mudança de *trend*, ou tendência, acima aludida. Essa decisiva mudança se denuncia por fatos ineditamente mensuráveis e por outros que o são menos, no presente estágio de informação, mas que podem, desde já, ser percebidos por critérios qualitativos – sem que isso dispense um sério esforço ulterior de documentação e respeito. Entre os sintomas preliminarmente quantificáveis, vamos encontrar os dados revelados pelo último Censo Demográfico (1960) e os dados sintéticos da contabilidade social relativos ao decênio anterior, divulgados pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Examinemos previamente esses dados, para a seguir discutir alguns indícios concomitantes, ainda não quantificáveis.

I – os dados demográficos: segundo os dados já divulgados do último Censo Demográfico, a Bahia foi, no passado decênio, palco de importantes movimentos populacionais, resumidos no quadro I, em anexo, os quais exprimem basicamente:

a) um intenso processo de adensamento de populações nos quadros urbanos e quase urbanos (incremento de 66,6% da população urbana, para um crescimento de apenas 9,3% da população rural, no decênio 1950/60);

b) intensas migrações internas (entre as diversas zonas do Estado), denunciando a presença de um enérgico processo de colonização interna de novas áreas, cabendo destacar o Extremo Sul, cuja população mais que dobrou no decênio e, no outro lado, a Chapada Diamantina, cuja população diminuiu, em termos absolutos;

c) considerável emigração para outras regiões do País – talvez 10 a 12 por mil habitantes por ano, absorvendo cerca de 1/3 de incremento vegetativo, seguramente superior ao nacional, que foi de 3,1% ao ano.

Os resultados divulgados são incompletos, com a conspícua ausência de informações sobre “população presente”, segundo a origem. Mas é muito provável que os dados acima, sobre as emigrações líquidas, não digam tudo. Deve ter havido também uma intensa permuta de populações, refletindo o trânsito do sentido geral do Norte para o Sul do País, o que, se confirmado, implicaria na definição de certos problemas econômicos e sociais, e medindo a crescente integração da Bahia na economia nacional.

Entretanto, o defeito fundamental dos dados demográficos disponíveis está em que não nos permitem datar os movimentos migratórios. Essa falha é parcialmente coberta pelas informações econômicas que discutiremos adiante. Essas permitem situar, para todo o Nordeste – salvo para o Maranhão e para a Bahia – o ano de 1955 como aquele que assistiu a mudança da tendência geral. Para esses dois estados, o “ano da mudança” parece ter sido o de 1956. Ora, seria de estranhar que os movimentos demográficos não guardassem uma estreita correlação com os movimentos de renda, de modo que podemos formular a hipótese de trabalho de que as migrações, tanto as internas (do quadro rural para o urbano e as interzonais) como as externas (emi-

“ As informações demográficas disponíveis nos permitem inferir preciosas indicações de prioridade econômica e de problemática sociológica...” ”

gração e imigração interestaduais) tenham sido crescentes e continuem crescentes ainda.

Confirmada essa hipótese, *ceteris paribus*, o movimento da renda *per capita* que a seguir discutiremos seria ainda maior que o indicado, cujo cálculo assenta no suposto simplificador de que o incremento demográfico se manteve constante, em termos geométricos, durante todo o decênio. Se, ao contrário, esse incremento foi decrescente por efeito de maior emigração líquida, a variação da renda *per capita*, constantes as demais circunstâncias que discutiremos em lugar próprio, terá sido maior do que a aparente.

As informações demográficas disponíveis nos permitem inferir preciosas indicações de prioridade econômica e de problemática sociológica, a saber:

O novo Plano de Desenvolvimento deve ter em consideração os problemas implícitos:

- a) na crescente urbanização;
- b) na intensificação dos fluxos de migração intra-estaduais;
- c) na crescente emigração.

II – Os dados econômicos: segundo os dados disponíveis da contabilidade social, aumentou no último decênio a participação da Bahia na renda nacional, passando de 4,4% em

1950 a 4,7% em 1960, isso depois de haver declinado, no meio do período, a 4,2%. Segue-se que, se retivermos apenas as informações relativas ao segundo lustro, registrou-se um importante melhoramento da posição relativa da Bahia, cuja participação na renda nacional passou de 4,2% a 4,7%, no quinquênio, movimento tanto mais importante quanto a renda nacional, no período, esteve crescendo à razão de 6% a 7% ao ano. Isto qualifica a Bahia como uma das regiões de mais rápido desenvolvimento econômico do Brasil, sem paralelo possível com as economias nacionais de dimensões comparáveis a ela da América Latina – a exemplo dos países centro-americanos – com os quais era outrora de hábito de compará-la.

Entretanto, os movimentos da renda regional não esgotam a matéria, considerando que, como acima vimos, a Bahia comportou-se como uma área de intensa emigração para outros estados da Federação, perdendo cerca de 1/3 do seu incremento vegetativo provável no passado decênio e, possivelmente, mais do que isso, no segundo lustro, do qual nos ocupamos agora. A comparação em termos de renda *per capita* revela resultados regionais ainda mais brilhantes, havendo partido do índice 53,1% em 1947 (Plandeb, parte geral, p.5) a 55,7% em 1960 (média nacional igual a 100), segundo dados do Plano Trienal recém publicado (Síntese, p. 84, quadro XXVI), depois de haver descido, em 1956, ao nível de 47,5%.

O Plano Trienal consigna os seguintes índices para o último decênio, relativamente à renda *per capita* nacional:

1950	1955	1956	1957	1958	1959	1969
49,7	48,6	47,5	48,8	50,2	51,7	55,7

Se retivermos apenas os dados correspondentes ao segundo lustro do decênio, temos que a renda *per capita* da Bahia passou de 48,6% a 55,7%. Conservando apenas os dados do período 1956/60, passou de 47,5% a 55,7%. Ora, considerando que a renda nacional *per capita* esteve evoluindo à taxa anual de mais de 3% ao ano,

a renda *per capita* baiana elevou-se a uma taxa anual, no último quadriênio do passado decênio, de mais de 7% – índice que não admite comparação no continente americano e que supera o do Mercado Comum Europeu (4%), e se compara bem com o de países socialistas como a União Soviética. Pouquíssimos países do mundo podem orgulhar-se de tais índices.

Se compararmos a evolução da renda *per capita* baiana com a de São Paulo, o Estado líder da Federação e cujo desenvolvimento excepcional era costume explicar-se parcialmente como fruto de “expolição” levada a efeito de diversos modos, contra a economia baiana, teremos, segundo os dados do Plano Trienal:

	1950	1955	1956	1960
Renda <i>per capita</i> de São Paulo	100	100	100	100
Renda <i>per capita</i> da Bahia	26,4	25,9	26,6	31,3

Trata-se de um movimento relativo ainda mais vivo do que se tomamos a média nacional para termo de comparação, visto como o enérgico desenvolvimento paulista é parcialmente absorvido por efeito de sua excepcional expansão demográfica, em correntes imigratórias, parcialmente originárias da Bahia. Somente pela Hospedaria de Imigrantes da capital paulista passaram, no decênio, mais de duzentos mil baianos.

III – Informações não mensuráveis : os dados econômicos supra não podem ser aceitos diretamente sem crítica. Esses dados, dos quais tanto abusamos antes para o efeito de demonstrar a perda de substância da economia baiana, podem induzir um erro, se não os criticarmos à luz de certas circunstâncias, nem sempre quantitativamente determináveis.

A primeira dessas circunstâncias a reter está no suposto estatístico simplificador de que o crescimento demográfico, tanto do País, como de cada uma de suas regiões, manteve-se constante, em termos geométricos, durante todo o decênio. Retirado este suposto, teríamos, plausivamente, um movimento relativo mais enérgico que o indicado, porque a emigração baiana para o resto do País, inclusive para São Paulo, foi provavelmente crescente. Não é possível, entretanto, mensurar a importância desse movimento relativo. Sabemos apenas que foi no último lustro do decênio que

entraram em atividade as vias internas transparentes que, em consequência de certas mudanças nas relações de produção baiana, se tornou mais intenso o processo de formação de superpopulação rural que, com o desenvolvimento da indústria de base, no Centro-Sul, tornou-se maior a demanda de mão-de-obra e que, com o surto rodoviário, abriu-se realmente a “fronteira econômica ocidental” (Maranhão, Goiás, etc.).

Em segundo lugar, temos um fato notório, também, mas não mensurável, de profundas mudanças nas relações de produção baiana. No quadro rural, foram introduzidas novas técnicas de produção e de transporte, aprofundando-se a tendência à proletarização das massas trabalhadoras e à mercantilização de toda a produção. No quadro urbano, teve início um enérgico processo de transferência, para fora da família, de certas atividades produtivas ou de poupança de mão-de-obra doméstica pelo emprego de equipamento mecanizado (o fogão a gás, a geladeira e a máquina de lavar, a iluminação elétrica, etc.). O efeito líquido de todo esse processo é a passagem de parte da atividade produtiva, dos quadros da economia natural (auto-consumo), para os quadros da economia de mercado e monetária. Noutros termos, parte da anterior produção que escapava à contabilidade social, passa para novas condições nas quais aquela a registra, dando origem a um aumento aparente de renda.

Esse mesmo movimento é comum, se bem que com diversa intensidade, ao País como um todo, de modo que seu efeito final seria mais um desconto da taxa admitida de incremento da renda nacional do que do incremento relativo da renda baiana em comparação com aquela. A diminuição relativa da renda *per capita* do Estado de Goiás, por exemplo, pode explicar-se pela circunstância de que o desenvolvimento dessa unidade da Federação se faz, em parte, nos quadros de um movimento em sentido inverso, isto é, de aumento relativo da parte representada, no produto total, pela produção natural, em detrimento da produção para o mercado (democratização da propriedade territorial, com o conseqüente aparecimento de numerosas pequenas explorações agrícolas relativamente “fechadas”, isto é, voltadas para o auto-consumo).

Uma terceira circunstância a considerar seria a influência do petróleo e na economia baiana. Trata-se de uma atividade altamente mecanizada, que agrega relativamente pouco valor na Bahia e que pode, assim, falsear os dados da contabilidade social, se não tomamos certas cautelas no modo de contabilizar.

Entretanto, basta considerar que a evolução que ora estudamos na economia baiana não é privativa dela. É um fato comum a toda a economia nordestina, desde o Maranhão à Bahia, sendo de notar que essas duas unidades foram, aparentemente, retardatárias, relativamente às restantes, no processo de recuperação.

Estamos, visivelmente, em presença de um movimento profundo, que interessa à economia nordestina como tal, e que não pode ser minimizado. Embora sua significação real não seja rigorosamente a indicada pelos dados resumidos à renda regional e a renda *per capita*, esses dados são essencialmente válidos, de modo que nosso dever é determinar a etiologia do movimento, ao invés de perdermos tempo, sob a inspiração dos hábitos adquiridos e de idéias arraigadas, com a negação do fato evidente de que a Bahia, juntamente com

todo o Nordeste, entrou em processo de vigorosa liquidação do seu atraso relativo e absoluto.

3 – Causação do surto de desenvolvimento da Bahia

Constatado o surto de desenvolvimento experimentado pela economia baiana a partir de 1956 e que, em sua forma mais sintética se exprime por uma taxa de incremento anual da renda *per capita* da ordem de 7% - uma das mais elevadas de todo o mundo, chega o momento de determinar a etiologia desse movimento. Noutros termos, como se explica que a economia baiana, numa época em que era voz corrente que estava em processo de perda de substância, estivesse de fato em processo de tão enérgica recuperação.

A resposta mais simples a essa pergunta é a emigração. Com efeito, são tão arraigados os preconceitos ligados à idéia de estagnação da economia baiana (a nordestina) que, confrontadas com o fato do desenvolvimento econômico, não só a opinião leiga, mas também a opinião técnica se voltam à procura de argumentos que provem que esse desenvolvimento não é verdadeiro, mas uma simples ilusão, causada pelo despovoamento da região. Considerando que era notório que uma parte da população em condições de trabalhar estava desempregada, isto é, não contribuía para a produção, é óbvio que a retirada de parte desse excedente diminuiria o denominador da razão, sem afetar o numerador (renda/população).

Essa explicação simplista se desfaz ante os seguintes fatos:

“ ... a Bahia aumentou o seu peso no balanço econômico...”

a) não obstante a emigração, a população esteve crescente, no decênio, ao ritmo de 2,17% ao ano – ritmo superior à média mundial ;

b) não obstante a redução do peso da Bahia no balanço demográfico nacional, aumentou o seu peso no balanço econômico.

A segunda explicação corrente situa a causa essencial do desenvolvimento nas entradas de capitais, para o financiamento de obras públicas ou de indústrias e serviços de base, com recursos da União ou privados, além dos investimentos estrangeiros. Um dos cacoetes mais notórios do pensamento econômico nordestino é este, que consiste em atribuir efeitos quase milagrosos às entradas de capitais.

Para reduzir essa causa a suas verdadeiras dimensões, basta considerar que a Bahia – como todo o Nordeste – comporta-se provavelmente como o exportador líquido de capitais (do mesmo modo como é exportador líquido de mão-de-obra), pelo menos no que tange aos movimentos da poupança privada. Sem medo de errar, podemos afirmar que o desenvolvimento econômico da Bahia se fez apesar das saídas líquidas de capitais (pelo que interessa à criação de nova capacidade produtiva) e por causa das saídas líquidas de capitais (pelo que toca ao processo de formação de demanda, via fluxo de pagamento e fatores).

As novas indústrias, os novos serviços de base e as obras públicas feitas no Nordeste e na Bahia, desde muito antes de ter início o processo de recuperação, interessam, por certo, a esse processo, mas não como efeito da entrada líquida de capital, que foi de fato muito pequena, senão negativa, e sim por sua influência sobre a função regional de produção. As estradas, os serviços de eletricidade, as instalações da Petrobras, etc. prepararam o caminho para a criação de novas oportunidades de inversão, capazes de absorver capital local e de empregar mão-de-obra regional, mas foram esses investimentos – acrescidos da saída de recursos e de mão-de-

obra – que, em última instância puderam em marcha a economia regional.

A causação do presente surto de desenvolvimento é, portanto, exógena, em relação à Bahia. Deve-se à influência multiforme do resto da economia nacional sobre a economia baiana, especialmente sobre as seguintes formas:

a) a União Federal, ao inverter seus próprios recursos ou ao assumir a responsabilidade por investimentos estrangeiros na região, causou uma profunda mudança na função regional de produção;

b) o resto da Federação, ao oferecer oportunidades de inversão para os excedentes da poupança regional, induziu uma maior utilização para o potencial produtivo já existente na região, elevando a renda regional e, mais que proporcionalmente a esta, a poupança regional, graças ao que, não obstante os aumentos dos investimentos locais e da fuga de capitais para outras regiões, o dinheiro continua mais barato na Bahia do que no Centro-Sul;

c) o resto da Federação, ao oferecer oportunidade de emprego para os excedentes de mão-de-obra da Bahia, tanto no quadro urbano, como no rural e tanto no Centro-Sul, como nas novas províncias do Oeste e do Norte, reduziu esse excedente, saneando o mercado de mão-de-obra, induzindo investimentos poupadores de mão-de-obra, tanto no quadro da empresa, como no quadro da família, e lançando um desafio ao latifundiário baiano, em consequência do qual a agricultura está gradativamente passando dos moldes feudais para os moldes capitalistas;

d) ao se expandir, o mercado nacional cria demanda para produtos da Bahia, tanto os aqui produzidos, como os recebidos do Exterior em contrapartida de suas exportações.

Trata-se, pois, de um fenômeno de relação, somente explicável pelo fato de ser a Bahia parte inseparável da Federação brasileira, inconcebível, nas presentes condições do mercado mundial, se ela constituísse uma pequena nação independente. Não é um

fenômeno simples, suscetível de ser apreendido diretamente pelo bom senso popular, mas um fenômeno extremamente complexo, que não deve ser julgado pelos seus detalhes, mas pelo seu resultado final. Ora, esse resultado final se exprime pelo fato de que a renda *per capita* da Bahia está crescendo a ritmo sete vezes maior que os dos outros países da América Latina

(Plano Trienal (Síntese), p. 23) e pelas mudanças nas relações de produção que, aos olhos do especialista, significam que, dependendo do que aconteça na economia nacional como um todo, prenunciam desenvolvimento ainda maior no futuro.

4 – Perspectivas de continuidade do surto de desenvolvimento:

A continuidade do presente surto de desenvolvimento não pode ser considerada como assegurada. Ao contrário, como fenômeno de relação com o resto do País, esse desenvolvimento depende de que prossiga também a expansão de toda a economia nacional e de que essa expansão assuma formas propícias ao crescimento da economia baiana, como até agora. Por outro lado, depende de que a economia baiana tenha a capacidade de levar a suas últimas conseqüências as mudanças já iniciadas em suas relações de produção e de provocar ainda outras mudanças.

Quanto à primeira condição de continuidade e eventual elevação do ritmo do desenvolvimento, pouco há a dizer aqui. Trata-se de um problema indivisivelmente nacional em relação ao qual a Bahia se deve comportar como todas as demais unidades da Federação, como todas as classes e *strata* sociais, e como todos os cidadãos: subordinar seus próprios interesses aos interesses gerais do País, pois é do desenvolvimento econômico nacional que tudo depende. Não se trata de uma palavra de ordem vazia e demagógica, mas de um imperativo vital, que a Bahia compreenderá em toda sua extensão quando apre-

ender os fatos relacionados ao seu próprio desenvolvimento. A experiência demonstra que uma determinada região pode, durante certo lapso de tempo, ser prejudicada nos quadros de um desenvolvimento não planejado da economia nacional, ou de um desenvolvimento só parcialmente planejado. Entretanto, enquanto persistir a mobilidade de fatores, isto é, enquanto os imperativos da unidade nacional predominarem sobre os exclusivismos regionais, esses sacrifícios serão transitórios, porque o desenvolvimento da economia nacional será uno. E, mesmo nos períodos de decadência relativa, a unidade nacional terá o sentido concreto de que os naturais da região decadente poderão mudar-se para aquelas que se estejam no momento beneficiando mais do desenvolvimento nacional, como cidadãos da mesma Pátria e com os mesmos direitos – o que não aconteceria se os exclusivismos regionais predominassem e se a unidade se rompesse ou se debilitasse.

Quanto à segunda condição, ao contrário, nos quadros políticos e jurídicos em que está organizada a Federação brasileira, como resposta a sua peculiar estrutura sócio-econômica, é um problema essencialmente regional, estadual e, por vezes local. A experiência demonstra que as mudanças nas relações de produção, dentro de quadros institucionais elásticos, como são os nossos, podem ter início e avançar muito, em certas áreas do País, enquanto noutras persistem antigas relações de produção.

No sertão árido da Bahia, por exemplo, a escravidão entrou em decadência, sendo substituída pelas relações feudais na agricultura, enquanto no Recôncavo ela permanecia solidamente estabelecida. O Rio Grande do Sul quase não conheceu a escravidão e o Ceará, através de leis municipais, coroadas por uma lei provincial, aboliu a escravidão antes que o Império o fizesse.

Hodiernamente, temos vários tipos de relação de produção na agricultura brasileira, desde relações tipicamente feudais a relações capita-

listas, de puro salariedade, passando por formas pequeno-produtoras de mercadorias, cujos arquétipos se encontram no Vale do Itajaí, em Santa Catarina e na região da Serra, do Rio Grande do Sul, no próprio Nordeste, onde coincidiram condições ecológicas e sócio-políticas, isso também se dá. Finalmente, em Goiás, sem que isso escandalize a sociedade brasileira como um todo, a reforma agrária, no sentido convencional do termo, isto é, no sentido de parcelamento do solo para a criação de agricultura semieconômica e pequeno-produtora de mercadorias, está em marcha, com a distribuição, pelo Governo, de milhões de hectares de terras.

Ora, o presente surto de desenvolvimento da Bahia conflita abertamente com a estrutura agrária herdada e com os seus reflexos sobre a economia urbana. Uma ecologia peculiar, hostil à formação da pequena propriedade, porque incapaz de dar suporte, com a técnica atualmente ao nosso alcance, à policultura típica desse tipo de exploração, dificultou o processo de superação de formas feudais de ocupação de terra. Como regra geral, a pequena exploração camponesa, onde aparecia, ou era arrasada periodicamente pela seca (na área do

Polígono) e não se podia impor como forma independente de exploração do solo e afirmando-se politicamente como fator de renovação da estrutura, ou, nas áreas úmidas, depois de uns poucos anos de prosperidade, entrava em decadência, por efeito da erosão ou da laterização dos solos.

Essas mesmas terras, entretanto, se mostravam muito propícias a outro tipo de exploração – a lavoura monocultorista, ecologicamente ajustada, como a cana-de-açúcar no massapê de Santo Amaro, necessariamente mercantil, porque exigia a venda de quase todo o produto e a compra dos bens e serviços necessários ao consumo e ao investimento. Em certas condições essa lavoura exige uma grande exploração, somente possível como empreendimento capitalista, ao passo que noutros – como é o caso do fumo e da agricultura horti-granjeira – é perfeitamente compatível com a pequena unidade. Nos dois casos, porém, será sempre uma atividade mercantil, altamente dependente da estabilidade do mercado, no que tange aos preços e às quantidades.

Esta é a causa real pela qual o Nordeste permaneceu à margem do desenvolvimento nacional, pelo menos em termos relativos, e até recente-

mente. Essa situação mudou quando, em consequência do aparecimento de novos meios de transporte (rodovias) e de inovações tecnológicas, como a introdução de culturas resistentes à seca, ou capazes de prosperar em terras antes consideradas sáfaras ou, em geral, mais ajustadas ecologicamente, a agricultura regional teve passo livre para uma produção crescentemente especializada. A produtividade do trabalho agrícola aumenta verticalmente, e este é um fato decisivo para a caracterização da presente problemática econômica da Bahia.

Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho agrícola, em consequência da especialização e da introdução de inovações tecnológicas facultadas por essa especialização, resulta, por um lado, na tendência à formação de excedentes agrícolas e, por outro, na formação de excedentes de mão-de-obra, no quadro rural, os quais, pela transferência para o quadro urbano, dão origem ao desemprego urbano. Na origem da crise da economia baiana, que persiste, não obstante o seu excepcional surto de desenvolvimento, vamos encontrar, não uma manifestação de debilidade ou de impotência, mas uma manifestação de vigor.

TABELA 1
Bahia – População e números absolutos e crescimento em números relativos – 1950/1960

ZONAS FISIOGRAFICAS	POPULAÇÃO DE 1960	CRESCIMENTO PERCENTUAL			TAXA DE CRESCIMENTO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA Habitante por Km ² (1960)
		Total	Urbano	Rural	Áreas de emigração	Áreas de imigração	
1 Recôncavo	1.251.574	36,6	60,4	1,0	-	3,16	118,85
a) exclusive Salvador		19,3	51,7	4,1	1,78	-	-
b) apenas Salvador		57,2	64,0	- 38,4	-	4,63	-
2 Litoral Norte	200.620	20,8	49,6	9,5	1,91	-	21,25
3 Feira de Santana	440.865	17,4	87,2	4,7	-	5,62	23,67
4 Cacaueira	783.549	32,6	86,9	11,7	-	2,87	27,52
5 Extremo Sul	268.755	106,7	244,8	90,4	-	7,53	9,98
6 Jequié	336.565	14,3	57,5	3,2	1,35	-	22,44
7 Vitória da Conquista	454.228	28,9	119,4	12,5	-	2,57	14,70
8 Serra Geral	376.027	6,9	51,9	1,2	0,67	-	9,45
9 Nordeste	500.409	17,1	57,3	1,7	1,49	-	11,11
10 Senhor do Bonfim	125.439	5,2	68,9	-7,6	0,51	-	6,92
11 Chapada Diamantina	368.832	14,6	38,2	-10,0	1,37	-	6,86
12 Enc. Chap. Diamantina	274.730	-0,6	38,2	8,5	-0,06	-	11,85
13 Sertão do São Francisco	70.209	28,5	384,6	-10,0	-	2,54	3,78
14 Bx. Médio S. Francisco	244.041	19,2	31,8	14,7	1,77	-	2,89
15 Médio São Francisco	157.814	22,1	42,7	18,2	2,02	-	3,63
16 Barreiras	136.948	10,9	30,3	7,5	1,04	-	1,46
ESTADO	5.990.605	23,9	66,6	9,3	2,17		-

“ Planejar o desenvolvimento da Bahia é encontrar mercado para a produção agrícola excedente... ”

Planejar o desenvolvimento da Bahia é, basicamente:

a) encontrar mercado para a produção agrícola excedente, atual ou potencial;

b) assegurar emprego à mão de obra tornada excedente no quadro rural e convertida, ou em processo de converter-se, em desemprego urbano ou em emigração;

c) assegurar aplicação para as poupanças resultantes do aumento vertical da produtividade do trabalho agrícola e nas condições de um baixo nível de remuneração do trabalhador, determinado precisamente pela existência do excedente de mão-de-obra.

Somente oferecendo soluções satisfatórias para esses problemas será possível assegurar continuidade ao desenvolvimento econômico da Bahia. A emigração, a expansão do mercado nacional e a fuga de capitais para o resto do País ofereceram, no período transcurso, algum mercado para a produção agrícola adicional; algum emprego para a mão-de-obra sobrando; finalmente, alguma aplicação para as poupanças geradas no processo. A isso se deve o surto observado de desenvolvimento da economia baiana, a qual, sem chegar a utilizar satisfatoriamente o seu potencial produtivo – muito longe disso – expandiu, entretanto, sua produção e conservou-se acima do ponto crítico, abaixo do qual seria a depressão econômica.

Ora, mesmo que houvesse a certeza de que esses fluxos continuarão –

e não pode haver essa certeza -, ainda assim seria mister buscar formas mais ativas de utilização do imenso potencial ocioso que esse estado de coisas define.

5 – O esquema fundamental de “fontes e usos”

O setor agrícola, em consequência da passagem escalonada do modo de produção feudal (caracterizado pela parceria agrícola ou pecuária) para a produção simples de mercadorias ou, no essencial, para a produção capitalista (caracterizada pelo salariedade) é a área da economia baiana onde se estão registrando as mais fortes taxas de aumento da produtividade do trabalho. É esta, portanto, a fonte principal de recursos, cuja destinação econômica é um dos objetivos centrais do planejamento.

Parte do aumento da produtividade toma a forma de recursos financeiros livres para aplicar e à origem das “poupanças”, no sentido lato, que estão servindo para financiar as imobilizações na própria agropecuária, na indústria, nos serviços, no interior da própria casa de família e fora da Bahia, como exportação de capital. Essa parte corresponde ao aumento da produtividade que se cristalizou como produção agrícola adicional e para a qual foi possível encontrar mercado.

Uma segunda parcela dos frutos toma a forma de produção atual ou potencial que não encontra mercado e que poderia dar origem a um adicional de recursos financeiros livres, caso se resolva o problema do mercado – donde a necessidade de incluir no plano de desenvolvimento um programa especial de busca e organização de mercados, diretamente, pelo Governo da Bahia, ou com a ajuda da União.

Uma terceira parcela do aumento da produtividade agrícola toma a forma de mão-de-obra sobrando, que não encontra aplicação no setor agrícola e emigra para as cidades da região em quantidade muito superior às neces-

sidades das indústrias e serviços aí estabelecidos, disfarça-se como funcionalismo público desnecessário ou sob várias formas, que vão, desde o quase-emprego ao desemprego aberto. Assegurar utilização satisfatória e essa mão-de-obra e também um dos objetivos compulsórios do plano de desenvolvimento econômico da Bahia.

Finalmente, parte do aumento da produtividade do trabalho dá origem às correntes migratórias para fora da região e poderá ser retida no caso de se resolverem os problemas relacionados com sua utilização interna.

A mão-de-obra sobrando e a poupança gerada afinal no próprio setor agrícola, aplicam-se, em parte, produtivamente, fora do setor agrícola, assumindo as formas de indústria e serviços que engrossam as fontes de riqueza da região. Entretanto, em termos líquidos, essas indústrias e serviços, juntamente com as imobilizações no interior da casa de família e com outras imobilizações improdutivas constituem não a fonte, mas o lugar de uso dos recursos livres da economia baiana. Noutros termos, além da poupança gerada pelo trabalho urbano, essas imobilizações empregam os recursos liberados pelo setor agrícola. No esquema geral de fontes e usos, essas atividades comportam-se, em termos líquidos, como usos.

Esse esquema geral de fontes e usos permite ver claramente que a economia baiana não padece de falta de recursos, visto como uma parcela enorme dos excedentes oriundos do aumento da produtividade do trabalho, essencialmente no setor agrícola, perdem-se (produção sem escoamento ou mão-de-obra sobrando) ou emigram (transferência de recursos financeiros e de mão-de-obra para fora da região).

“ ...a economia baiana não padece de falta de recursos... ”

“ É do lado dos usos que está o elo débil da economia baiana... ”

A redução dessas perdas e desses vazamentos, que aproveitam a outras regiões do País, mas não à Bahia, deve ser o objetivo central, a direção do esforço principal de toda a atividade planejada do Poder Público.

Para isso, será mister, dada a atual distribuição da renda, intensificar as imobilizações, mesmo que não sejam diretamente produtivas. Uma segunda preocupação deve ser a de dar-lhes destinação produtiva, condicionando assim um aumento futuro da produtividade do trabalho. Compreende-se, porém, que a primeira preocupação deve ser a de assegurar a máxima utilização possível ao potencial produtivo já disponível e que, como vimos, perde-se ou “vaza” para fora da região. É do lado dos usos que está o elo débil da economia baiana, não, como tem sido, implícita ou explicitamente, o suposto do programador baiano, até agora, ao lado das fontes.

Um planejamento com essa intenção suscita graves problemas práticos e teóricos, cuja solução o pensamento econômico brasileiro mal começa a aflorar. Entretanto, essas dificuldades não devem servir de pretexto à recusa em trabalhar na direção correta, visto como é uma conquista essencial do pensamento econômico moderno – tanto aquele que tem em Keynes sua inspiração, como a que tem em Marx – que a poupança não pode ser maior nem menor do que é investimento, consideradas as entradas líquidas de recursos. Noutros termos, a poupança baiana é igual aos investimentos feitos na Bahia, menos as entradas líquidas de capitais, ou mais as saídas líquidas, se for o caso.

Ora, a poupança baiana é a única

forma hábil que pode assumir o aumento da produtividade do trabalho na Bahia, dada a presente distribuição da renda, que condiciona a magnitude do consumo, como alternativa a perder-se. Quer isso dizer que reduziremos as perdas da economia baiana sempre que aumentarmos os investimentos totais (imobilizações internas, mesmo que improdutivoas ou no interior da casa de família, isto é, tecnicamente, como consumo, mais as saídas líquidas de capitais) ou sempre que, dado o montante desses investimentos, possamos aumentar a parcela financiada com poupança baiana, reduzindo as entradas brutas de capital. Segue-se que o custo social de um incremento da poupança assim obtido é nulo.

Daí podemos deduzir dois critérios básicos de prioridade, válidos enquanto persistir a presente situação, isto é, enquanto a economia baiana não estiver utilizando satisfatoriamente os frutos do aumento da produtividade do seu próprio trabalho:

a) na seleção de projetos de aplicação de recursos, urge dar preferência àqueles que, em termos líquidos, representam a esperança de um esquema financeiro capaz de assegurar o aumento das imobilizações financeáveis com recursos locais;

b) como corolário do primeiro critério, temos que dar preferência, dado o montante dos investimentos, aos projetos que permitam uma maior participação da poupança baiana no financiamento das imobilizações.

Em resumo, o problema dos usos é inseparável do problema das fon-

“ ...temos que dar preferência aos projetos que permitam uma maior participação da poupança baiana... ”

“ Chegou o momento de a Bahia começar a cobrar dividendos do capital investido... ”

tes. A rigor, trata-se do verso e reverso da mesma moeda.

6 – Problemas de formação e uso dos recursos

Do que acima ficou dito, infere-se que a poupança se gera no momento em que se decidem sua captação e utilização. Nesse momento, o potencial ocioso é posto em evidência, suscitando-se recursos novos e, portanto, reduzindo-se as perdas e vazamentos. Mas, como já foi advertido, não se creia que se trate de uma operação, simples, e sim de um problema extremamente complexo, mas que é mister resolver, sob pena de esvaziarmos de todo conteúdo a programação. Esta deve ser entendida, precisamente, como um sistema de medidas destinadas a resolver esse problema. No momento presente, na Bahia, a solução desse problema exige, entre outras coisas, que os quadros programadores existentes empreendam sua própria reeducação, tarefa agora possível, em vista de seu nível de preparação já relativamente elevado. Trata-se, simplesmente, de fazer com que eles se proponham a resolver esse problema com a mesma seriedade com a qual se aplicaram, até agora, À absorção de esquemas simplificados que, por motivos pedagógicos, o suprimiam. Chegou o momento de a Bahia começar a cobrar dividendos do capital investido em todos estes anos na formação pessoal.

O sentido de suficiência, muito comum nos quadros de recente formação, e o comprometimento pessoal

dos quadros mais velhos dos esquemas congelados de pensamento constituem sérias dificuldades a vencer, mas que é, absolutamente, necessário vencer. Sem isso, o programador seria, não um desbravador de novos caminhos à sociedade baiana, não um especialista que justifica a sua existência pela capacidade de descobrir recursos onde os olhos leigos não os vêem, mas um mero racionalizador dos preconceitos populares, previamente ordenados sob a forma de “intuição política”.

Esse problema não poderá ser resolvido de uma só vez, mas sim por aproximações sucessivas. Aquilo que a economia baiana, no quadro da economia brasileira, sem programa, nem método, sem que seus programadores sequer disso tivessem claro conhecimento, realizou parcialmente, como o prova o surto de desenvolvimento caracterizado no início deste trabalho, pode também ser feito ordenadamente, com um conhecimento de causa cada vez mais lúcido.

O potencial ocioso – fonte última dos novos recursos a mobilizar – existe, em forma bruta, como terra suscetível de um rápido aumento da produção, pela simples retenção de uma parte do excedente de mão-de-obra; como instalações, nas indústrias e nos serviços, também suscetíveis de gerar um adicional de produto, pelo emprego de parte da mão-de-obra que sobra ou migra, nas indústrias e serviços; finalmente, como essa mão-de-obra sobrando. Entretanto, para que esse potencial ocioso possa dar origem a uma poupança adicional, a primeira condição é que se defina uma demanda adicional, a qual, dado o atual esquema de distribuição da renda, não pode ser senão demanda de imobilizações, pelo menos em sua parte decisiva.

Ora, à medida que se acumula capacidade ociosa nas diversas atividades produtivas, declina também a demanda de imobilizações. O surto de desenvolvimento observado nos últimos anos significa que essa demanda, na empresa e na casa de família, somada à demanda de capital fora da

“ Para elevar o ritmo de desenvolvimento, será mister definir novos itens de demanda de imobilizações. ”

Bahia, esteve relativamente ativa. Para elevar o ritmo de desenvolvimento, caso essa demanda se mantenha, ou para sustentar o nível presente, caso ela decline, como parece plausível, será mister definir novos itens de demanda de imobilizações. Esses novos itens devem estar, predominantemente, na área do setor público, para a expansão dos serviços insuficientes, para suscitar novos serviços e para criar certas indústrias que, que por suas dimensões ou especificações, encontram-se, em nossas circunstâncias concretas, fora da área do interesse privado imediato, mas que representam, não obstante, uma condição de desenvolvimento, inclusive para a iniciativa privada.

Tal demanda do setor público, entretanto, existe apenas como necessidade daqueles serviços ou indústrias. Para que essa necessidade dê origem a demanda efetiva urge satisfazer suas condições financeiras, isto é, urge que o Estado tenha acesso a uma parcela maior da poupança gerada pela economia. Resolvido esse problema, isto é, tornada efetiva a demanda, a poupança social se ampliará, pelo emprego de fatores ociosos, desde que, direta ou indiretamente, essa demanda possa ser satisfeita pelo suprimento de bens ou serviços supridos pela economia. Noutros termos, satisfeita esta condição, o aumento da absorção de recursos por parte do Estado não reduzirá a disponibilidade de recursos para a empresa privada. Ora, na medida em que a Bahia se comporta como exportadora bruta

de capital, essa condição pode ser dada a *priori*, porque, na medida em que a demanda de capital não possa ser atendida diretamente pelo suprimento de fatores regionais, terá o efeito de reduzir o montante das saídas de capital.

É óbvio, entretanto, que, na medida em que a demanda adicional de recursos para imobilização seja atendida através da redução da saída bruta de capitais, deixará inalterada a poupança regional e seus efeitos macroeconômicos se farão sentir fora da região (isto é, o aumento da taxa de imobilização não afetará regionalmente o nível de consumo, ou seja, não haverá efeito multiplicador de renda). Conseqüentemente, é indispensável tomar medidas que façam com que, em última instância, a demanda regional de fatores reflua para o interior, isto é, que as imobilizações em causa:

a) façam-se diretamente à custa do emprego de mão-de-obra, de bens ou de serviços regionais;

b) façam-se à custa da importação de fatores, na medida do possível, vinculada à exportação de produtos da região.

No nível do projetamento específico, é possível, no processo de seleção da técnica do projeto, tomar providências no sentido de orientar a demanda de fatores, seja para o interior da economia, seja para aquelas áreas do comércio externo em relação às quais se configure uma expectativa de aumento das compras de produtos baianos, como efeito das importações baianas.

7 – O mercado interno de valores

Vimos que, em razão mesmo do volume dos seus recursos ociosos, comporta-se a economia baiana como uma área de capital barata, o qual é parcialmente captado e transferido para fora da região. Em primeiro lugar, é preciso ter presente que essa saída de capital, longe de debilitar a região, a fortalece porque induz um melhoramento do índice de utilização

do seu próprio potencial produtivo. Este fato foi apontado, no início deste trabalho, como uma das causas do recente desenvolvimento da economia baiana. Entretanto, se for possível configurar e efetivar, no interior da economia estadual, uma demanda adicional, na medida em que essa nova demanda se satisfaça à custa da redução do fluxo de saída do capital, resultará na criação, na Bahia, de novo potencial produtivo e, na medida em que resulte no aumento líquido da poupança regional, determinará a imediata elevação regional do nível da renda, pela melhor utilização do potencial ocioso. Em qualquer hipótese, conseqüentemente, conviria instrumentalizar essa demanda adicional interna, cujo item decisivo seria o financiamento dos empreendimentos do setor público.

Sob forma simplificada, essa operação se traduziria na entrega, ao empresário baiano detentor de capacidade ociosa e, portanto, em condições de suscitar um adicional de produto, de um título de crédito do Estado. Sob essa forma, o aspecto monetário da operação ficaria reduzido à escrituração do crédito do supridor de fatores contra o Governo ou contra a entidade beneficiária do crédito. Conseqüentemente, a operação será possível, desde que o credor em perspectiva disponha de capacidade ociosa - e o devedor em perspectiva, possa assumir o encargo de pagamento futuro.

Entretanto, é raro que o detentor de capacidade ociosa possa suprir diretamente o produto em cuja compra se deva traduzir afinal o esforço de formação de capital (p.ex. a entrega de gado a crédito para auxiliar na formação do capital de giro de um matadouro frigorífico). Em geral, a formação de capital se traduz na compra de mão-de-obra (que não pode suprir-se a si mesma a crédito) e de bens e serviços que não são diretamente aqueles para os quais a economia dispõe de capacidade ociosa. Nesse caso, será mister que o detentor de capacidade ociosa venda o produto adicional a resultar da utilização desta, inclusive para fora da re-

gião e do País, para que sua poupança se realize, isto é, assuma forma monetária, como moeda corrente ou crédito bancário. Será então, necessário que o Estado coopere com o empresário na realização do seu produto, isto é, na venda deste, convertendo, assim a poupança, da forma natural a forma monetária.

Segue-se que, nas condições concretas de uma economia baiana, no processo de organizar a oferta adicional de recursos monetários livres, o Governo deve preparar-se para assistir o vendedor no escoamento de sua produção, associando-se, se possível, com ele. A Bahia tem alguma experiência dessa operação (CASEMDA, Instituto do cacau, Cooperativa dos cacauicultores, etc...). Trata-se, simplesmente, de disciplinar e aprofundar essa experiência.

De posse desse instrumento, isto é, qualificado o Governo (diretamente ou através de organismos de capitalismo de Estado) como comerciante vendedor, será possível planificar uma virtual vinculação da venda com a compra. Noutros termos, através de uma operação como a exemplificada, chegaremos ao esquema simplificado

“ Quando for possível restaurar o instituto dos depósitos a prazo , o problema da organização do mercado de capitais para uso do Poder Público será uma operação muito menos misteriosa do que parece ser... ”

supra, no qual o detentor da capacidade ociosa, supre a crédito os fatores nos quais se deve traduzir o investimento e sua poupança assumirá a forma de um crédito contra a instituição investidora ou contra o Governo.

Na prática cotidiana, a operação pode tornar-se muito mais complexa e a habilidade do economista consistirá em reduzi-la ao esquema simplificado. Quanto ao crédito, pode assumir a forma de um simples depósito bancário a prazo, a uma obrigação ou uma ação da instituição investidora, ou ainda de um título de dívida do poder público.

Parece óbvio que devemos partir das formas mais simples às mais complexas. Quando for possível restaurar o instituto dos depósitos a prazo – o que exigirá a reformar da atual legislação relativa a juros (Lei de Usura) – o problema da organização do mercado de capitais para uso do Poder Público se nos afigurará uma operação muito menos misteriosa do que parece ser, no presente momento.

Nesta ordem de considerações se segurariam as obrigações emitidas pelas entidades investidoras sob a égide do Governo e as letras de curto prazo do Tesouro. Com o tempo, será possível a substituição dessas formas de captação de recursos que, no balanço do Governo ou da entidade devedora se escrituram como exigibilidade, por outras formas, que se escrituram na conta de capital, como inexigibilidade.

O pouco êxito que teve o programador baiano neste particular, não obstante ter sido ele um, dos pioneiros nesse campo, em todo Brasil, sob a inspiração de Rômulo Almeida, parece-me dever-se ao fato de ter tentado começar precisamente pelas formas mais complexas e definitivas de captação de recursos, isto é, pela emissão de ações das empresas de economia mista.

São estas as observações que no momento me ocorrem e que ofereço aos responsáveis pela programação do desenvolvimento econômico da Bahia, na esperança de que lhes sejam de alguma utilidade.